

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0012232-39.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
Requerente: **Nereide da Silva**  
Requerido: **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou que recebe seu benefício previdenciário por intermédio do réu e que possuía junto ao mesmo três contratos de empréstimo em valores que detalhou.

Alegou ainda que em julho de 2016 um funcionário do réu propôs a quitação de tais empréstimos e o refinanciamento do saldo devedor em parcelas compatíveis com a somatória das prestações decorrentes de cada um deles, o que acabou aceitando.

Todavia, posteriormente constatou que na verdade houve elevação do saldo devedor, bem como que a prestação a seu cargo superava em larga medida as que anteriormente vigiam.

As preliminares arguidas pelo réu em contestação entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

*“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.”* (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse *status* em relação ao réu, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que o réu não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade da contratação impugnada.

Isso porque restou incontroverso que a autora contraiu três empréstimos perante o réu que resultaram em prestações mensais respectivamente de R\$ 26,89, R\$ 153,97 e R\$ 243,39.

Os dois últimos empréstimos foram ajustados em 22/12/2014, ao passo que o primeiro, em 09/11/2015.

É o que atestam os documentos de fls. 40/53.

Outrossim, restou igualmente patenteado que em 07/07/2016 esses empréstimos foram quitados mediante um novo, que redundou à autora o pagamento de 48 prestações de R\$ 726,61, tudo consoante documentos de fls. 36/39.

Essa dinâmica deixa certo que a autora durante vários meses pagou pelos três empréstimos inicialmente firmados a importância total de R\$ 424,25, até que o panorama sofreu modificação para que o novo empréstimo, que quitou os demais, rendesse ensejo a uma prestação de R\$ 726,61, isso ao longo de 48 meses.

A disparidade entre os números postos é evidente, não sendo crível, consoante aplicação das regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95), que a autora se sujeitasse a suportar prestação muito superior ao que vinha fazendo sem que algo excepcional justificasse.

Nenhuma pessoa mediana que estivesse em seu lugar agiria dessa forma, de sorte que a explicação contida no relato exordial (garantia dada por funcionário do réu de que a prestação do novo empréstimo seria compatível com a soma das dos originários) é verossímil.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Em consequência, tocava ao réu demonstrar que isso não sucedeu e que a contratação cumpriu as devidas formalidades, mas ele nada amealhou a propósito.

A peça de resistência não foi instruída sequer por indícios nessa direção, ao passo que o desinteresse pelo alargamento da dilação probatória está cristalizado a fl. 72, a despeito da advertência contida no despacho de fl. 69 quanto à incidência ao caso da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC.

Reputo, inclusive atento às peculiaridades da espécie, que o réu no mínimo inobservou um dos direitos básicos do consumidor previsto no art. 6º do CDC, qual seja o da *“informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”*.

Discorrendo sobre o tema, ensina **CLÁUDIA LIMA MARQUES**:

*“O direito à informação é corolário do princípio da confiança, pois o produto e serviço que informe seus riscos normais e esperados é um produto que desperta uma expectativa de um determinado grau esperando de 'segurança'. A utilidade do direito à informação inicia na efetividade do direito de escolha do consumidor (Art. 6, I), como causa inicial do contratar, e acompanha todo o processo obrigacional, na segurança esperada por este equilíbrio informado dos riscos e qualidades, até seu fim, que é satisfação das expectativas legítimas do consumir um produto ou serviço sem falhas de segurança (causa final)”* (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Revista dos Tribunais, 3ª edição, p. 250).

A informação, ademais, e nos termos de decisão do Colendo Superior Tribunal de Justiça, *“deve ser correta (=verdadeira), clara (=de fácil entendimento), precisa (=não prolixa ou escassa), ostensiva (=de fácil constatação ou percepção) e ... em língua portuguesa”* (REsp. 586.316/MG).

Ora, como já destacado não se concebe que a autora com plena ciência de que iria pagar importância muito superior àquela que normalmente pagava tivesse concordado com a renegociação dos empréstimos já celebrados.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, proclamando-se a nulidade do empréstimo trazido à colação e o restabelecimento dos anteriores, quitados por ele, descontando-se do total devido o valor pago em virtude do contrato ora declarado nulo.

Ressalvo, por fim, que o saldo devedor da autora já foi declinado na contestação (fl. 15, quarto parágrafo).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a nulidade do empréstimo tratado nos autos (fls. 36/37) e para restabelecer os empréstimos originais, quitados pelo mesmo (contratos ° 800104668, 800105002 e 800457101), descontando-se do total o valor das parcelas já pagas do contrato em vigor.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 10 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**